

Economista dos EUA sugere que País pague os juros da dívida externa em cruzados

3 AGO 1987

MARIZA LOUVEN

Manutenção do crescimento econômico. Essa é a orientação básica da política do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Mas como conseguir recursos para investimento, que garantam a manutenção da atividade produtiva, pagando mais de US\$ 7 bilhões de juros por ano, da dívida externa? A resposta, do economista Rudiger Dornbusch, Professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, é simples: pagar em cruzados.

A solução parece simples demais e, por isso, impossível. O Secretário do Tesouro, Andréa Calabi, por exemplo, ao tomar conhecimento, considerou a proposta muito acadêmica. Mas o economista afirma que não. Na década de 30, lembra, o Brasil pagou em moeda local, bem como outros países da América Latina. A sistemática é depositar os cruzados correspondentes aos dólares que sairiam do País a título de pagamento dos juros, no Banco Central. "O Citibank vai ao Banco Central, receber em cruzados. Pode pegar esses cruzados e fazer qualquer coisa no País: financiar investimentos, comprar terras, bancos, fazer qualquer coisa", explica.

Ele acrescenta que, dessa forma, os recursos ficam disponíveis para o

desenvolvimento do País, "e o lucro que os bancos credores tiverem será decorrente do desenvolvimento, em vez de obter lucros à custa do Brasil".

A proposta será apresentada pelo economista, no Congresso sobre a Dívida Externa da América Latina, realizado esta semana, em São Paulo. A seu ver, a dívida externa tem sido tratada unicamente sob a ótica do curtíssimo prazo, em que "o Governo consegue superávit comercial e conclui, com esse fato, que pode pagar, mas nunca questiona qual é a alternativa que, obviamente, seria uma política de investimentos no País. Com os pagamentos em dólar, não há investimento".

Especialista em macroeconomia e economia internacional, Dornbusch é membro do conselho de economistas de um dos três maiores bancos de investimento da Wall Street (rua onde está localizada a Bolsa de Valores de Nova York e as principais instituições financeiras), o Shearson, que faz parte do mesmo grupo que o American Express, e consultor do Banco Mundial.

Ele afirma que o México não toma esse tipo de atitude porque "está no meio das eleições, mas eles já falam na etapa dois da negociação da dívida, que seria a retransferência dos recursos". Já a Argentina enfrenta

dificuldades políticas e medida como essa levaria, neste momento, a uma elevação do câmbio negro. Lembra, no entanto, que a Costa Rica não está pagando aos credores, bem como o Equador e o Peru, além do Brasil. "Então, seria bom que o Brasil introduzisse essa política de normalização, que estabeleça uma diferença entre as dívidas antigas, que seriam reinvestidas, e as novas, que poderão ser contratadas, uma vez que a balança comercial não ficaria presa às dívidas antigas."

Dornbusch não acredita que o País sofresse grandes retaliações. "Há muito medo de se fazer essa normalização. Mas é como o divórcio: à noite, antes de tomar a decisão, surgem muitas ansiedades, sobre quem vai ficar com o quê. O apartamento, o cachorro. Mas, no dia seguinte, o alívio é incrível."

A dívida externa provoca o mesmo dilema: "Fica-se com uma ansiedade incrível de dar o passo necessário, porque parece muito mais simples pagar mais um ano, do que tomar a decisão. Mas mais um ano sem os investimentos necessários pode custar muito, no final." Ele acrescenta que uma verdadeira política de estabilização pressupõe estancar a sangria de recursos para pagamento dos juros da dívida. O outro ponto fun-

damental é deixar de administrar uma política antiinflacionária de curto prazo, através de política monetária restritiva, com taxas de juros reais altíssimas. A alternativa para isso, diz, é fazer uma reforma fiscal que tribute os ganhos de quem tem dinheiro. Ou seja, tributação sobre herança, ganho de capital etc.

Esse tipo de posicionamento, a seu ver, aliviaria as tensões em torno da necessidade de geração crescente de superávits comerciais e de manutenção de desvalorizações constantes do cruzado frente ao dólar. Com esse suporte, seria possível fazer uma apreciação real do cruzado de 10% a 15%, e reduzir os superávits comerciais. "Uma política antiinflacionária que tem como principal objetivo pagar juros é uma bobagem", acrescenta.

E não há como não aceitar uma política de estabilização, sustenta Dornbusch. "Mesmo o Fundo Monetário Internacional não seria problema." Além disso, ele acredita que o Ministro Bresser Pereira teria respaldo político para tomar decisões desse tipo. "Foi uma surpresa. O Ministro está ganhando prestígio. Não há comparação entre o mês passado e agora. Ele entrou no subterrâneo, saiu de lá e, agora, está com muito prestígio. Acho que há possibilidade de fazer verdadeira estabilização."